

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O RESIDENTE PCD E A GESTÃO DA SALA DE AULA

Elton Rodrigues Vieira¹
Keila Andrade Haiashida²

RESUMO

Resumo: A temática da gestão da sala de aula tem estado em pauta nas discussões e pesquisas acadêmicas, e mais ainda em evidência diante do cenário pós-pandemia. A sala de aula é o espaço-tempo onde acontecem o ensino e a aprendizagem por meio das interações, que, por vezes, são conflituosas. Esse relato surge a partir de uma formação que aconteceu durante o Programa Residência Pedagógica. Assim, a pesquisa objetivou relatar as experiências vividas por um residente PcD na gestão da sala de aula e buscou responder a seguinte inquietação: quais os desafios e possibilidades de um residente com deficiência na gestão da sala de aula? Configura-se como uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. Como aporte teórico baseamos-nos em Libâneo (2006), Rodrigues (2011), Sá et. al. (2007), Santos (2020), Vieira (2023) dentre outros. Mesmo diante de tantos avanços concernentes aos direitos das PcDs, é notório que as mudanças em relação a atuação laboral dessas pessoas continuam a acontecer em um ritmo lento. Enquanto um residente com deficiência, deparei-me com o desafio de estar em um ambiente que, em sua estrutura não há o mínimo de acessibilidade. No entanto, outros desafios se apresentaram, que diz respeito às barreiras atitudinais e a inexistência de outros professores com deficiência, reforçando assim a ausência de representatividade. Considera-se que as experiências vivenciadas em sala de aula superaram os desafios, pois foram propulsoras para que houvesse uma conscientização de como atuar enquanto um gestor em sala de aula. A presença de uma pessoa com deficiência em sala possibilita que temáticas que aludem a inclusão sejam debatidas. Acrescenta-se ainda que as formações propostas pelo Programa permitem-nos refletir sobre nossas vivências para que seja possível mudar as nossas práticas.

Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica, Residente PcD, Gestão da sala de aula.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/UECE). Bolsista de extensão do Laboratório de Educação Matemática (LaboMática) elton.vieira@aluno.uece.br.

² Graduada em Pedagogia (UFC), Graduada em Psicologia (UNINASSAU), Mestra em Educação (UFC), Doutora em Geografia (UECE), Pós-doutorada em Educação (UFPB). Professora Adjunta da UECE, Professora Permanente do Mestrado em História e Letras (MIHL) e do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino (PPGEEN). keila.haiashida@uece.br.

A temática da gestão da sala de aula vem sendo discutida em larga escala, pois faz parte do fazer-exercer docente e sua relevância, concomitante com as demandas existentes em sala, que revelam a importância de formações na área.

Gestão vem do termo em latim *gestione*, e configura-se como o ato de administrar ou de gerir recursos, pessoas ou qualquer objeto que possa ser administrado com alguma finalidade: seja em benefício próprio ou de uma entidade. No âmbito da sala de aula, o professor torna-se gestor, aquele que tem a responsabilidade de gerir vidas em suas inúmeras dimensões: emocional, social e cultural. Assim, a sala de aula torna-se o espaço-tempo onde acontecem as interações que, por vezes, são conflituosas, e o professor, enquanto gestor, precisa estar preparado para mediar não somente o conhecimento, mas também as relações, que podem impactar na aprendizagem, sejam positivas ou negativamente.

No contexto nacional inúmeras pesquisas explicitam os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 em relação à educação. Acontecimento esse que reforçou ainda mais as dificuldades enfrentadas por alunos e professores, no tocante as dificuldades de aprendizagem e que resultaram, por exemplo, em crianças que hoje estão no 4º e 5º ano do ensino fundamental sem ter se alfabetizado. O desinteresse e a indisciplina também aumentaram sobremaneira.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi relatar as experiências vividas por um residente PcD na gestão da sala de aula durante o Programa Residência Pedagógica (PRP). A problemática da pesquisa surgiu da seguinte inquietação: quais os desafios e possibilidades de um residente com deficiência na gestão da sala de aula? A motivação da pesquisa aconteceu após a formação intitulada: *A gestão de sala de aula e suas dimensões*, a qual suscitou a escrita desse relato, unindo as temáticas da pessoa com deficiência e a gestão da sala de aula.

Esta pesquisa está organizada da seguinte forma: essa seção introdutória, na sequência o percurso metodológico, seguido dos resultados e discussão que está dividido em subseções e, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como uma pesquisa de campo com um percurso metodológico de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico, pois segundo os postulados de Severino (2013): “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro

disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.[...]" (Severino, 2013, p. 106). É ainda uma pesquisa documental e foi utilizado um diário de campo como ferramenta de registros e análises das experiências.

Os autores e documentos que subsidiaram essa pesquisa foram: Brasil (2019, 2022) Cunha *et. al*, (2020), Dourado *et al*, (2017), Faria e Pereira (2019), Libâneo (2006), Rodrigues (2011), Sá *et al*, (2007), Santos (2020), Silva (2014) Vieira (2023), dentre outros. Utilizamos ainda como fonte o diário de campo elaborado durante o programa, que contém registros das experiências, e também as gravações das formações que aconteceram por meio do *YouTube*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na seção seguinte apresentamos uma discussão sobre o Programa Residência Pedagógica, apresentando seus objetivos, constituição e relevância para a formação do residente. Discorreremos ainda sobre o residente PcD e a deficiência, buscando esclarecer acerca das terminologias corretas a serem utilizadas, como a importância de conhecer a pessoa em questão, independente da sua condição de deficiência. Por fim, relatamos as experiências vividas pelo residente PcD, partindo da articulação das temáticas da gestão da sala de aula e inclusão.

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é uma das ações formativas pertencentes a Política Nacional de Formação de Professores, criada com o objetivo de fortalecer a aproximação entre universidade e escola, proporcionando uma formação inicial de qualidade por meio das vivências no espaço escolar, unindo a teoria e a prática. De acordo com Faria e Pereira (2019): "[...] a residência pedagógica, de modo geral, toma emprestado alguns pressupostos da, ou simplesmente faz analogia à residência médica na formação complementar (pós-graduação) dos cursos de Medicina" (Faria e Pereira, 2019, p. 333).

Assim, o PRP, por meio das vivências, promove contribuições para a formação dos residentes, possibilitando experiências que o prepararão para a docência no futuro. Ainda sobre as definições do programa, o documento da Capes, no capítulo 1, artigo 2º destaca que:

O PRP é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura (Brasil, 2022, p. 1).

O mesmo documento especifica onde as atividades do programa acontecerão e quais as suas atribuições. No caso, em escolas públicas de educação básica, que deverão assegurar um ambiente onde os residentes sintam-se acolhidos, como também auxiliar seus professores preceptores na realização das atividades do programa.

A escola-campo em questão está situada em uma região periférica da cidade de Quixadá-CE, fazendo parte da 3ª edição do subprojeto de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), unidade acadêmica da Universidade Estadual do Ceará (UECE), localizada na referida cidade. A escola oferta o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais. Os residentes atuaram junto às turmas de 4º e 5º anos. Os primeiros contatos com a escola-campo aconteceram no mês de dezembro de 2022 na etapa que chamamos de ambientação.

Segundo Cunha et. al. (2020) ambientação é:

[...] um espaço-tempo em que o desconhecido se torna familiar, tanto na sua conjuntura física, quanto nos seus aspectos social e administrativo-pedagógico, no qual pode-se pensar em ações que venham ao encontro das necessidades da escola e das perspectivas para o processo de ensino-aprendizagem, a partir de seus documentos e regras de convívio. Desse modo, entende-se que a ambientação oferece potencialidades à educação (Cunha, et. al., 2020, p. 6)

É nesse momento que nos é apresentado o espaço onde, durante 18 meses estaremos inseridos e envolvidos e que será nosso campo de atuação, vivenciando a prática docente em todas as suas dimensões.

A princípio, fiquei nas sextas-feiras à tarde, nos componentes curriculares de História e Geografia, em uma turma do 5º ano. Porém, no decorrer do Programa, pude atuar também em duas turmas do 4º ano e em outros componentes curriculares como Matemática, Ensino Religioso e Artes.

Esses primeiros contatos durante a ambientação, são cruciais para um reconhecimento da realidade escolar, com sua dinâmica, possibilitando um conhecimento prévio do espaço do qual faremos parte por um período de tempo considerável e que terá uma enorme influência na formação da nossa identidade docente.

FORMAÇÕES NO PRP

Outro aspecto importante do PRP são as formações que aconteceram de forma presencial e *on-line*. A profissão docente configura-se como uma ação complexa, a qual não está apartada da realidade, pelo contrário, está a serviço dessa realidade e suas demandas existentes. Dessa maneira, a formação docente inicial e continuada é um importante meio de aproximação entre o saber e o fazer no ambiente de atuação, no caso aqui, a escola. Assim, Dourado et. al. (2017) afirmam que:

[...] processo de formação é entendido como um movimento interativo e dinâmico, orientado a responder aos diversos desafios que a prática lhe impõe, construindo-se num processo de relação ao saber e ao conhecimento que se encontra no centro da identidade pessoal (Dourado et. al., 2017, p. 4).

As formações ofertadas trouxeram esse caráter de aproximação, de um processo que trouxe consigo inquietações e reflexões sobre a prática docente exercida e vivida. E no dia 24 de janeiro de 2023, na plataforma digital *YouTube*, no canal Projeto de Residência Pedagógica UECE, aconteceu a formação intitulada: *A gestão de sala de aula e suas dimensões*. A partir desta formação e das experiências durante as regências, surgiram algumas reflexões acerca da gestão de sala aula na perspectiva de um residente com deficiência. Como por exemplo, os desafios enfrentados e as possibilidades adquiridas com as experiências vividas.

Apesar das conquistas concernentes aos direitos das pessoas com deficiência, e sua presença cada vez maior nos diversos ambientes, como no âmbito escolar, poucos são os relatos das experiências das PcDs na docência em sala de aula. Ainda persiste um desconhecimento quanto quem são essas pessoas, qual a compressão da sua condição de deficiência.

RESIDENTE PCD: CONHECENDO A PESSOA E A DEFICIÊNCIA

Ao longo dos anos, os termos utilizados para se referirem a pessoa com deficiência passaram por mudanças, pois cada termo correspondia ao contexto e a compreensão vigente sobre a temática. Atualmente, o termo pessoa com deficiência (PcD) é utilizado e aceito, pois as próprias pessoas com deficiência decidiram ser a maneira mais humana e digna de se referir a uma pessoa que tem na deficiência apenas uma das muitas características que possui, pois anterior à condição de deficiência, existe um ser humano.

No que diz respeito às pessoas com deficiência no Brasil, mesmo diante de muitas dificuldades, esses sujeitos, desde a Constituição Federal de 1988 vem conquistando os seus direitos, e podemos destacar como um marco recente dessa luta a Lei Brasileira de

Inclusão (LBI) de 2015. Tal documento traz a seguinte definição da pessoa com deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2019, p. 9).

De acordo com as análises sociodemográficas do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são 18,6 milhões de pessoas, ou seja, 8,9% com deficiência em nosso país. Ainda segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgados em 2023, aponta que as pessoas com deficiência estão em menor número no mercado de trabalho, nas escolas, como em outros espaços.

Mesmo diante de tantos avanços, é notório que as mudanças em relação a realidade das PcDs continuam a acontecer em um ritmo lento. Quando focamos no âmbito educacional, dados do Painel de Indicadores da Educação Especial de 2023 apontam que no Brasil há um total de 2.404.403 professores, dos quais 8.552 são PcDs.

No tocante a deficiência visual, no Brasil existem mais de 6,5 milhões de pessoas com essa condição. Das quais 500 mil cegas e cerca de 6 milhões com baixa visão.

Corroborando, Silva (2014) diz que: “A deficiência visual é considerada, para fins educacionais, como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida da visão, variando de acordo com nível ou acuidade visual[...]” (Silva, 2014, p. 53).

Enquanto uma pessoa com baixa visão, tenho minhas limitações, que são reforçadas quando preciso estar em lugares onde a temática da pessoa com deficiência não são discutidas com clareza e assim são refletidas nas barreiras existentes. Barreiras que vão da arquitetônica à atitudinal. Para entendermos o que é ser uma pessoa com baixa visão, é preciso partir do conceito, que de acordo com Sá et. al. (2007):

A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral (Sá et. al., 2007, p. 16).

Diante das experiências vividas no PRP, tenho aprendido acerca da complexidade da profissão docente, no entanto, alguns acontecimentos em sala tem oportunizado exercer a gestão da sala de aula de uma forma reflexiva, na perspectiva de um residente PcD.

GESTÃO DA SALA DE AULA E INCLUSÃO

Quando nos referimos aos termos gestão e inclusão tomamos emprestado o entendimento de Santos (2020) que diz: “enquanto processos humanos, são dois conceitos ativos e interativos no contexto de uma escola e de uma sociedade” (Santos, 2020, p. 163). Esse processo acontece em conjunto, nunca sozinho, isolado. Pois, acontece por meio de interações, em um determinado espaço-tempo e dentro desses dois conceitos está a vida humana.

Assim, para a mesma autora, quando refere-se a gestão e inclusão, ela parte da origem das palavras, ou seja, “[...]gestão”, do latim *Gestio, Genere*, significa levar para, realizar, fazer acontecer, sinaliza vida em movimento”. “[...] inclusão”, do latim *includere*, significa participar, fazer parte de, indicando também presença ativa de pertencimento num contexto (Santos, 2020, p. 163).

Podemos afirmar que a gestão da sala de aula inicia no seu planejamento, ou seja, na sala dos professores. Corroborando, Libâneo (2006) diz que:

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes das dinâmicas das relações sociais: tudo que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes (Libâneo, 2006, p. 222).

Dessa forma, o planejamento da aula tona-se um roteiro do que deve ser realizado dentro de um espaço-tempo que é a sala de aula. Contudo, nem sempre o planejado acontece em seus detalhes, por se tratar de relações que acontecem através das interações entre professor e alunos, que por vezes são imprevisíveis.

Em relação ao trabalho docente, o mesmo autor afirma que:

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos (Libâneo, 2006, p. 250).

Fica claro que o ofício do professor não se reduz a mera transmissão, mas precisa colocar-se em um lugar de escuta, observar bem e trabalhar para que seus alunos se manifestem.

A relação professor-aluno em sala de aula está imbricada por fatores como o socioemocional. Libâneo (2006) se refere a vínculos afetivos, como também as regras e obrigações que diz respeito a administração dos comportamentos dos alunos em sala. Isso

refere-se a disciplina, que na realidade, com frequência vemos o inverso, ou seja, a indisciplina.

Em sala superlotada, ar-condicionado com defeito, carteiras desconfortáveis, dificuldades de aprendizagem, alunos não alfabetizados, e boa parte oriundos de famílias desestruturadas, são fatores que podem explicar parte da indisciplina de alguns alunos.

Em um determinado dia, um aluno desafiou minha autoridade, me desrespeitando diante da turma. São momentos como esses que nos desafiam, que nos testam. Procurei chamar sua atenção diante da turma, porém não o destratei, depois, de forma particular, procurei conversar a sós, tentando entender o que aconteceu. Em seguida, o aluno desculpou-se e pediu perdão. Libâneo (2006) traz uma reflexão interessante quando diz: "[...] que o professor precisa aprender a combinar severidade e respeito" (Libâneo, 2006, p. 251). Assim, ainda que o professor exerça uma autoridade, não deve confundir com autoritarismo, pois como mediador do conhecimento, precisa ensinar partindo do exemplo. Conquistar por meio do respeito, conduzindo o aluno quando erra a conscientização do seu erro.

Em sala, presenciei inúmeras situações dessa natureza. Crianças xingando as outras, praticando *bullying*, racismo, excluindo a outra por conta de uma deficiência. Procurei, junto da preceptora, intervir. Nos planejamentos, preparei atividades, momentos para tratarmos do que aconteceu. Por exemplo: organizei uma leitura compartilhada de um livro, cuja temática abordava a questão do respeito, da tolerância, da empatia, e logo após, acontecia uma roda de conversa sobre as situações explicitadas no texto e que mereciam ser discutidas. Ainda propus uma atividade escrita ou oral, e às vezes até por meio de desenhos, na tentativa de que cada aluno se expressasse sobre o que foi conversado.

Ainda no que diz respeito à relação professor-aluno, conforme Rodrigues (2011):

Envolve uma linha tênue de sensibilidade, de envolvimento da turma com o professor e vice-versa, que é determinada tanto pelas ações como também pelas reações do professor e dos alunos na convivência do espaço/tempo de ensino-aprendizagem. Essa construção não se faz de forma mecânica e envolve nuances das personalidades envolvidas, que se adequam na dinâmica de cada turma em situação de aula. As ações e reações do professor às atitudes e ações dos alunos vão influenciar a forma como a turma vai também interagir como grupo com o professor (Rodrigues, 2011, p. 6).

Em relação a ser uma pessoa com deficiência visual em sala de aula, não passa sem ser notado. Alguns alunos perceberam e demonstraram curiosidade e estranheza.

Aproveitei alguns questionamentos para preparar uma aula onde, por meio da literatura infantil, pude tratar dessa temática importante, porém pouco debatida com as crianças.

Apresentei a eles um livro que tem por título “*Tudo bem ser diferente*” de Todd Parr (2002). O livro traz uma mensagem de empatia, respeito às diferenças, tolerância, de maneira bem leve. Parti de uma leitura coletiva, e em seguida conversei sobre ser diferente em todas as suas dimensões até chegar ao tema da deficiência.

As crianças reproduzem os erros de muitos adultos no que diz respeito aos termos utilizados para se referirem as PcDs e compreensão de que ter uma deficiência é ser incapaz, ou até mesmo ser doente. Contudo, percebi que a medida em que eu compartilhava minhas vivências e explicava melhor a maneira correta de se referirem e tratarem as pessoas com deficiência, os alunos assumiam uma postura sensível, utilizavam as expressões corretas, demonstravam um interesse de aprender um pouco mais e entenderam que tudo bem ser diferente, tudo bem ter um professor com deficiência, tudo bem ter um colega com alguma deficiência.

Particularmente, uma das ferramentas que mais utilizei em sala foi a literatura infantil, pois, conforme Vieira (2023):

A leitura literária em sala de aula deve ser realizada de maneira estruturada, com objetivos específicos bem traçados que, por exemplo, fomentem o prazer das crianças pela leitura, que a abordem como recurso principal e não secundário, apresentem a leitura literária como tão atrativa quanto os meios de comunicação de entretenimento, que a destaquem como um espaço de criação e imaginação (Vieira, 2023, p. 46).

Assim, a literatura foi uma grande aliada na abordagem de assuntos concretos em sala, possibilitando uma interação e reflexão entre os alunos.

Em uma outra circunstância, trouxemos para a sala um assunto delicado e pouco explorado com as crianças, o luto. Mais uma vez apresentamos um livro e “*Pode chorar, coração, mas fique inteiro*” de Glenn Ringtved (2020) foi o escolhido. Percebemos distintas reações entre as crianças. Alguns choraram por lembrar de alguém amado, outras, no princípio, sentiram medo e dificuldades de compreender o sentido da morte.

Ainda baseados nos pressupostos de Vieira (2023):

Para lidar com a morte das pessoas que amamos, é necessário aprender verdadeiramente a valorizar a presença dessas pessoas enquanto as temos conosco e lembrar a importância e a beleza de conseguirmos nos despedir de quem amamos. Além disso, é importante agir com empatia para com as pessoas enlutadas. Ter paciência com elas e procurar entender suas emoções e sentimentos, pois nem todas as pessoas lidam da mesma forma diante do luto. (Vieira, 2023, p. 166).

Na prática, aprendi que como um gestor da sala de aula, independente das circunstâncias, enquanto professor, precisamos transmitir segurança aos alunos,

aproveitando tais momentos para continuar trabalhando sobre a tolerância, o respeito, o valor da vida.

Enquanto uma pessoa com deficiência, deparei-me com a falta de representatividade e isso reforça as barreiras existentes. Me encontrei em um espaço sem acessibilidade estrutural e no princípio tive dificuldades em localizar alguns espaços, pois não havia sinalização acessível. Destaco que o capítulo IV do Decreto 5296/04 discorre sobre a Implementação da Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística. Uma das principais barreiras, e que muitas vezes acontece de forma velada, sutil, é a atitudinal, vale reforçar que a acessibilidade não se refere apenas aos espaços físicos, ela também diz respeito aos aspectos sociais.

Para Cezar (2010), as barreiras atitudinais impedem e/ou dificultam o processo de inclusão social das pessoas com deficiência. Essas barreiras englobam a discriminação, os estigmas, os estereótipos e os preconceitos. Dessa forma, tive que me adaptar ao espaço, dar o meu jeito.

As experiências vividas, por mais desafiadoras, contribuíram para a minha formação, oportunizou a interação com os alunos por meio de situações que foram propulsoras para que o ensino e aprendizagem andassem lado a lado. A escola, como um lugar inserido na sociedade, reflete a mesma, e os comportamentos dos sujeitos que a constroem. Assim, os acontecimentos em sala foram oportunidades onde pude trabalhar temáticas atuais e necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concernente às dificuldades na gestão da sala de aula enquanto um residente PcD, destaco alguns aspectos: em relação ao espaço da sala, a iluminação precária prejudicava minha prática, dificultando na interação com os alunos, na leitura de algum texto, na correção de atividades, na escrita na lousa. No que diz respeito as relações interpessoais tive dificuldades por não conseguir visualizar bem os alunos quando levantavam a mão para fazer alguma pergunta e saber quem estava se comportando inadequadamente.

Para eliminar essas barreiras, tive o apoio da professora preceptora, que permitiu que eu construísse minha autonomia, auxiliando na interação com a turma, principalmente nas propostas de trabalhos com a literatura bem como de outras atividades, e o diálogo sincero com a turma sobre a minha condição de deficiência possibilitou uma superação. Alguns aspectos negativos, além dos já mencionados sobre as barreiras

estruturais e atitudinais, friso o pouco contato com a coordenação e a interação com os demais professores da escola, pois isso afeta a adaptação, ou a torna mais difícil.

Todo espaço que não exista o mínimo de acessibilidade, os desafios estão postos. No entanto, as dificuldades vão além da falta de acessibilidade estrutural, que no caso, foi significativa na escola-campo, porém, a barreira atitudinal e a inexistência de outros professores com deficiência reforçam que a realidade ainda está distante da almejada.

Ainda levando em consideração o cenário pós-pandemia de COVID-19, que revelou as mazelas da sociedade em suas inúmeras dimensões, atingiu os atores da educação, e atualmente deparamo-nos com uma indisciplina sem precedentes, desmotivação e manifestação de atitudes preconceituosas e violentas e também uma defasagem na aprendizagem.

Contudo, as experiências vividas, desde a ambientação, os planejamentos, as formações e principalmente as regências, onde entrou em cena o gestor da sala de aula, possibilitaram uma superação dos desafios, pois as experiências foram propulsoras para que houvesse uma conscientização de como atuar enquanto um gestor em sala de aula.

Concluimos afirmando que a presença de uma pessoa com deficiência em sala, na pessoa do professor, possibilita que algumas temáticas sejam debatidas e que a escola seja o ponto de partida para que a inclusão aconteça na prática. Acrescentamos ainda que as formações propostas pelo PRP permitem que reflitamos sobre nossas vivências para que possamos mudar as nossas práticas, contribuindo para a formação do profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - 3. ed. - Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Portaria GAB Nº 82, DE 26 DE ABRIL DE 2022. Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica - PRP. Brasília: CAPES, 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/2004/5296.htm>>. Acesso em: 15 out. 2024.

CEZAR, K. R. **Diga Não à inversão de valores:** a verdadeira inclusão laboral das pessoas com deficiência. In: Encontro Anual da Andhep Direitos Humanos, Cidades e Desenvolvimento, 6., 2010, Brasília. Anais. Brasília: Universidade de Brasília. 2010.

CUNHA, A. B. S. et. al. Programa Residência Pedagógica: reflections on the setting stage in a field school. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e5519108300, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8300. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8300>. Acesso em: 2 nov. 2023.

DOURADO, E. C; SILVA, E. P; SANTOS, E. M. S. Profissionalização e construção da identidade docente: da entrada na profissão à formação superior em exercício. **Anais da 38ª Reunião Nacional da ANPED – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT08_1284.pdf. Acesso em: 03 de nov. 2023.

FARIA, J. B; DINIZ-PEREIRA, J. E. Residência pedagógica: afinal, o que é isso?. **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 68, p. 333-356, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

RODRIGUES, M. A. **Gestão de sala de aula em uma escola pública de qualidade**. 2011. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro.

SÁ, E. D; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual – Coordenação geral SEESP/DEP/MEC**. Brasília: MEC 2007.

SANTOS, M. T. C. T. dos. Gestão e inclusão. **Educação e inclusão: entendimento, proposições e práticas / Rosângela Machado, Maria Teresa Eglér Mantoan (organizadores)**. - Blumenau: Edifurb, 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, L. G. S. **Educação Inclusiva: praticas pedagógicas para uma escola sem exclusões**. - 1. ed. - São Paulo: Paulinas, 2014.

VIEIRA, J. N. S. **A leitura literária como estratégia pedagógica para o ensino de competências socioemocionais e compreensão de emoções básicas**. 2023. 209 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2023) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2023. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=111929>> Acesso em: 11 de outubro de 2024.